Esta semana foi particularmente fácil escolher o tema do meu artigo: como matosinhense, como biólogo, como ecologista e como pessoa atenta ao quotidiano tinha de aproveitar este espaço para discutir a extensão do paredão de Matosinhos, ou prolongamento do quebra-mar do Porto de Leixões, conforme se quiser chamar.

Este assunto não é novo (a Agência Portuguesa do Ambiente anunciou o processo de licenciamento desta obra em abril do ano passado) mas voltou a agitar as águas nos últimos dias, com os lamentos do presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, por não ter sido ouvido sobre o processo, e com o notável trabalho do meu conterrâneo Humberto Silva, autor do movimento "Diz Não Ao Paredão", que contou com uma considerável adesão de todos nós – os "anónimos" que se preocupam com o estado das coisas, incluindo o estado ambiental, que me é particularmente caro, mas também com o bem-estar geral da população, não se limitando à "malta do surf", como se alude na entrevista dada pelo autor "espontâneo" do movimento ao site *surftotal.com* (https://surftotal.com/entrevistas/exclusivas/item/15440-quem-esta-por-detras-do-movimento-diz-nao-ao-paredao).

Atente-se na evolução do pouco anónimo lamento do presidente Rui Moreira, no jornal "O Público", em que a 6 de março se noticia o dito cujo lamento e a 12 de março, apenas 6 dias depois, anuncia-se a integração do Porto na discussão do tema – e a meu ver bem, porque o tema impacta não só directamente Matosinhos, onde se situa, mas nomeadamente o espaço imediatamente a Sul da obra, onde se encontra o Porto (cuja fronteira entre Matosinhos e o Porto está marcada pela Estrada da Circunvalação, a N12, que termina – ou começa – na rotunda da Anémona, a famosa escultura de Janet Echelman). E então, sim ou não ao paredão? Já há uma opinião formada? Continuemos…

O aumento do paredão de Matosinhos foi, naturalmente, apresentado como uma vantagem económica, e até uma necessidade, de modo a desenvolver o próprio Porto de Leixões, e no seguimento do investimento "visível" que começou com o novo edifício do Terminal de Cruzeiros, inaugurado em 2015. Este edifício foi mesmo distinguido com o galardão "Edifício do Ano 2017" na categoria de Arquitectura Pública, conforme notícia do Evasões nesse mesmo ano (https://www.evasoes.pt/noticias/leixoes-terminal-de-cruzeiros-e-o-edificio-do-ano/) – pessoalmente, e tendo tido já a oportunidade de visitar o local, considero esta obra de

arquitectura lindíssima, além de me ter permitido uma nova perspectiva aérea sobre a minha cidade de Matosinhos.

O investimento, além do quebra-mar, contemplará (ou contemplaria?) um novo terminal de contentores e melhorias no porto de pesca, com o objectivo de aumentar a capacidade actual de contentores, a segurança e a navegabilidade da barra e permitir a entrada de mais navios e de maiores dimensões, numa lógica de reforço da competitividade do Porto de Leixões, conforme noticiado pela própria Câmara Municipal de Matosinhos na sua página (http://www.cm-matosinhos.pt/pages/242?news_id=6062), há cerca de 15 dias. Este artigo tem momentos curiosos, desde o adiar da conclusão da obra de 2023 para 2024 em apenas algumas linhas (por que será que quando um tema nos interessa todas estas incongruências saltam à vista?!), à absoluta necessidade da obra na visão da ministra do Mar Ana Paula Vitorino (a esposa do ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, para quem não estiver a ver de quem se trata…), passando pelos grandes benefícios que a mesma trará para Matosinhos, segundo a presidente da Câmara Municipal, Luísa Salgueiro (e até agora, curiosamente, só falei de gente ligada ao Partido Socialista; fica tudo em família…).

Também me parece curioso que o artigo acabe com a referência aos presentes na cerimónia, onde nem está presente o vereador do Ambiente?! Está sim, é o também vereador da Educação – esqueceram-se de referir a outra metade do pelouro, o que é compreensível porque a pessoa está muito ligada à Educação e nada ao Ambiente, aliás como já é hábito nos sucessivos vereadores do Ambiente de Matosinhos, que de Ambiente têm só o nome do pelouro pois não têm o conhecimento nem a vivência, com as consequências para o Ambiente de Matosinhos que se conhecem…

Há algumas referências fugazes aos impactos ambientais da obra – “vamos tentar mitigar efeitos negativos que surjam”, diz a ministra do Mar, e penso que diz bastante porque tentar já é bom, não é?! Aliás, o próprio estudo de impacto ambiental da obra é muito benevolente para com os impactos da obra, erradamente a meu ver … Uma vez mais cabe ao Ambiente ser o parente pobre neste assunto. Com tanta economia, arriscamo-nos a ter muito dinheiro mas a não ter onde o gastar: já pensaram num mundo sem praias?! Por exemplo …

A Praia de Matosinhos é uma imagem da cidade. E quem estiver na Praia de Matosinhos só não vê o Porto de Leixões se tiver graves problemas visuais. E o impacto visual por este

causado é, talvez, o menor dos impactos do Porto de Leixões sobre Matosinhos e a sua praia, ou suas praias pois há praias a Norte e a Sul do paredão. As relações entre o Porto de Leixões e Matosinhos (sentido lato) dariam vários livros e isto é só um artigo, que o nosso director, e bem, aconselha a ser curto, … A imagem do movimento "Diz Não Ao Paredão" acrescenta a esta frase a não menos importante "Matosinhos Merece Melhor". Também defendo que Matosinhos merece melhor, e merece, pelo menos, um melhor ambiente!

Recordemos que o Porto de Leixões, como o conhecemos, implicou a destruição da foz do Rio Leça (o rio mais importante de Matosinhos): isto teve impactos ambientais directos (qualquer foz de qualquer rio é, à partida, um *hotspot* de biodiversidade, um local particularmente importante a nível ambiental), impactos sociais (a vida da população teve de se alterar em virtude das alterações no rio), impactos culturais e de património (por exemplo com a destruição da centenária ponte romana, a chamada "Ponte dos 19 Arcos", e que efectivamente tendo esse número de arcos já deixa uma ideia da sua dimensão). O Rio Leça foi, outrora, um rio aprazível, convidativo até para a prática balnear. Muitos são os relatos de Matosinhenses que aprenderam a nadar no Rio Leça, algo impensável na actualidade.

Com o tempo, e atravessando quatro concelhos (Santo Tirso, onde nasce, Valongo, Maia e Matosinhos, onde desagua), o importante rio foi sendo o veículo de efluentes industriais que levaram a beleza, alteraram a fauna e a flora, trouxeram o mau cheiro e diferentes cores às águas do rio, conforme a qualidade das descargas ali praticadas – uma tristeza… E se o ambiente pouco interessar à população, talvez interesse mais a saúde pública, e deixar de usar o rio por medo de contaminações traz alguma seriedade a esta questão. O regabofe da incúria ambiental em Matosinhos continuou, com a construção da refinaria de Leça da Palmeira, refinação de combustíveis fósseis, vulgo Petrogal.

Se é certo que ambas as obras têm interesse económico para a região, o que é incontestável, há implicações para a saúde humana que são particularmente graves no caso da refinaria: as micropartículas e outros produtos resultantes da refinação de hidrocarbonetos são disseminados pelo ar; a incidência de alguns cancros no concelho de Matosinhos é particularmente elevada e correlacionada com os ventos dominantes que conduzem a poluição aos pulmões dos Matosinhenses (e à pele, e às mucosas, e à agua, …) e também aos turistas e a qualquer um que por lá passe. Quem não quiser ver que está tudo relacionado não está a ser sério na discussão destes assuntos.

A Praia de Matosinhos, que tem um areal fantástico, vai ser impactada por esta obra, que infelizmente me parece ser já uma certeza. Os cerca de 300 metros extra de paredão terão vários impactos em Matosinhos e arredores (na foto temos a Praia de Matosinhos, e o paredão que acaba a meio da imagem vai estender-se para a esquerda; em certas zonas da praia vai haver uma maior sensação de emparedamento). Por exemplo, a qualidade da água já não é a melhor nesta praia, nem nunca poderá ser com a influência nefasta do Porto de Leixões, e só piorará com esta obra da extensão do quebra-mar. O aporte de sedimentos será, naturalmente, diferente. A pouca fauna e flora terão mais um impacto negativo. A estagnação das águas não augura qualquer impacto positivo…

A menor agitação marítima terá também impacto nas ondas, o que motivou a curiosa e louvável acção dos surfistas na discussão desta problemática, a defender o seu desporto (as ondas menores têm também impactos ambientais directos e indirectos, além da prática do surf). Espero que não se vejam os surfistas do modo "tradicional pejorativo" – miúdos loiros com pranchas na mão e nada na cabeça – e se reconheça que o surf tem também importância económica relevante (não só os cruzeiros), e crescente, desde as aulas ao turismo, e Matosinhos beneficia destas. Lembro-me de haver, há alguns anos, um slogan da Lightning Bolt (essa marca de surfistas, roupa e acessórios, passo a publicidade) que ficou extremamente famoso: "Destruam as ondas não as praias". Infelizmente, neste caso, destruir as ondas com a extensão do paredão também poderá ser destruir a praia de Matosinhos, e outras praias a Sul, onde durante anos consecutivos esta frase circulou na roupa dos surfistas… Triste…

Qual é o valor duma praia na cidade de Matosinhos, nomeadamente a praia de Matosinhos, a sul do Porto de leixões, com o seu extenso areal que chega ao Edifício Transparente, Castelo do Queijo e cujas praias, progressivamente mais rochosas, se estendem até ao Rio Douro? É que um paredão poder-se-á construir a qualquer altura mas será fácil, ou sequer possível, construir uma praia com a extensão da de Matosinhos e com a qualidade da água que se pretende? A economia vai, uma vez mais, levar a melhor sobre o Ambiente em Matosinhos? Os Matosinhenses terão mais empregos e mais dinheiro para gastar em mais tratamentos para a saúde debilitada que a sua terra lhes impõe? Uma vez mais pergunto: que caminho queremos seguir? O que é mais importante para nós? Quem não irá sentir a falta das ondas em Matosinhos!? Digam não ao paredão porque Matosinhos merece melhor!

Nota: o autor opta por não seguir o Acordo Ortográfico de 1990.